

PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil

Bruno Paes Manso

Pesquisador-pleno do grupo de pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade, vinculado à Escola de Comunicação e Artes e ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - USP. Pós-doutorando no Núcleo de Estudos da Violência da USP - NEV/USP. Doutor e mestre em Ciência Política pela USP. Graduado em Economia pela USP e em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

mansobruno@yahoo.com.br

Camila Nunes Dias

Professora adjunta da Universidade Federal do ABC - UFABC. Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. Graduada em Ciências Sociais pela USP. Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos da Violência da USP - NEV/USP.

camila.dias00@gmail.com

Resumo

Desde que surgiu, em agosto de 1993, o Primeiro Comando da Capital (PCC) vem desafiando as autoridades de segurança pública e pesquisadores do tema sobre as causas de seu nascimento, de seu fortalecimento e o papel que exerce no mundo do crime e na sociedade em geral. Durante as décadas de 1990 e 2000 assistiu-se a um processo de espraiamento do PCC dentro do sistema prisional de São Paulo e para fora das prisões. Esse processo foi permitindo o estabelecimento de uma conexão entre a prisão e o “mundo do crime” que, a partir de 2006, passou a abranger outros estados da federação. Nesse sentido, os massacres ocorridos nas prisões do Norte e Nordeste, em 2016 e nos primeiros dias de 2017, foram apenas uma das consequências mais visíveis das articulações e da movimentação que vêm se desenrolando nas prisões brasileiras, nas fronteiras do país com os vizinhos produtores de drogas ilícitas e nas periferias dos centros urbanos de pequenas, médias e grandes cidades. O objetivo deste trabalho é, a partir desses acontecimentos e do quadro atual da violência no Brasil, elencar alguns elementos que permitam compreender o processo histórico e sociológico pelo qual vem passando a sociedade brasileira, com reflexos na violência, na ampliação das redes criminais e em ações de segurança e de justiça que não parecem capazes de lidar com o problema. Este texto é resultado de várias pesquisas realizadas pelos autores, as quais têm como base registros documentais (documentos oficiais, material produzido pelos próprios presos e os trabalhos etnográficos já publicados) e entrevistas com diversos atores (policiais, agentes penitenciários, juizes, promotores e presos).

Palavras-Chave

PCC. Prisões. Fronteiras. Redes criminais. Drogas ilícitas.

Desde que surgiu, em agosto de 1993, o Primeiro Comando da Capital (PCC) vem desafiando as autoridades de segurança pública e pesquisadores do tema sobre as causas de seu nascimento, de seu fortalecimento e o papel que exerce no mundo do crime e na sociedade em geral. Nos primeiros anos, a própria existência da facção foi negada insistentemente pelos governantes paulistas, que acusavam a imprensa de inventar e/ou exagerar aquilo que publicavam sobre a organização, numa postura refratária que se manteve mesmo depois da megarrebelião de 2001 e dos ataques a autoridades de segurança, em 2006 (ADORNO; SALLA, 2007) e em 2012 (DIAS et. alli. 2015)¹. Foi depois de anos seguidos de debates interditados e marginais que o ano de 2017 chegou, desafiando autoridades e pesquisadores a compreender o que estava acontecendo.

Durante as décadas de 1990 e 2000 assistiu-se a um processo de espraiamento do PCC dentro do sistema prisional de São Paulo e para fora das prisões (DIAS, 2013). Esse processo

foi permitindo o estabelecimento de uma conexão entre a prisão e o “mundo do crime” (FELTRAN, 2010a) de uma forma articulada que jamais havia sido vista anteriormente. As rebeliões em presídios no Norte e no Nordeste do Brasil, em janeiro de 2017, produziram mais de 160 mortos e evidenciou uma nova configuração de redes criminais no Brasil, articuladas pelo mercado de drogas e organizadas por facções regionais formadas dentro dos presídios, com graus diferentes de rivalidade e articulações, em relações que podem transpor as fronteiras estaduais e até as nacionais. O massacre nos presídios foi apenas uma das consequências mais visíveis das articulações e da movimentação que vêm se desenrolando no Brasil desde o começo dos anos 2000 e que levanta novas perguntas na já acalorada discussão sobre o mundo do crime.

O objetivo deste trabalho é partir desses acontecimentos e do quadro atual da violência no Brasil para buscar responder a algumas perguntas urgentes, tendo como base registros documentais

e entrevistas que ajudam a identificar a dimensão do problema nos dias de hoje. Partindo dos estudos etnográficos e sociológicos feitos ao longo das últimas décadas, esses registros são fundamentais para compreender o processo histórico e sociológico pelo qual vem passando a sociedade brasileira, com reflexos na violência, na ampliação das redes criminais e em ações de segurança e de justiça que não parecem capazes de lidar com o problema. Entre algumas perguntas urgentes que o estudo pretende ajudar a enfrentar estão: qual a extensão do domínio que o PCC exerce sobre o crime e as prisões em São Paulo? Qual a dimensão do poder das facções nos outros estados do País? Depois das rebeliões de janeiro, houve interrupção na expectativa de crescimento do PCC no sistema prisional brasileiro? E quais os efeitos da expansão do Comando Vermelho (CV)? Teria o PCC a intenção de expandir suas atividades para outros países e ser colaborador de grandes fornecedores internacionais? Quais são as opções do governo federal para controlar o poder das facções?

Mesmo diante das dificuldades em pensar respostas no calor dos fatos, associar os acontecimentos atuais com a reflexão que vem sendo feita pelas ciências humanas brasileiras, nos últimos anos, oferece uma possibilidade de discutir o processo social e histórico que produziu os fatos que assuntaram a sociedade. Essa é a melhor maneira de se pensar em medidas estruturais em vez de paliativas – ou demagógicas, populistas – que busquem reverter o processo atualmente enfrentado pela sociedade brasileira.

A ORIGEM HISTÓRICO-SOCIAL DO PCC

O Massacre do Carandiru – ocorrido em outubro de 1992, menos de um ano antes da criação do PCC, por oito presos no Centro de

Reabilitação Penitenciária de Taubaté – foi o episódio mais dramático de uma cena criminal que desde o final dos anos 1960 vinha se caracterizando pela violência por parte das autoridades de segurança e estabelecendo novos arranjos e contornos sociais em São Paulo. O homicídio de 111 presos por policiais militares chamados para acabar com uma rebelião no Pavilhão 9 seria constantemente lembrado pela facção, tendo ajudado a fortalecer a ideia da necessidade de união dos detentos contra “o sistema”, que caracteriza o lema e o discurso da facção ao longo dos anos. Como afirmava o 13º artigo do estatuto de fundação do grupo, que seria divulgado anos quatro depois

Temos que permanecer unidos e organizados para evitar que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção (...), massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões.

Tanto no Rio como em São Paulo, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por mudanças que incluíam a intensa e desordenada urbanização das cidades, a recessão econômica e a exaustão de um modelo de desenvolvimento baseado na indústria, produzindo redução no emprego formal e na regularidade do trabalho. É nesse quadro estrutural instável, marcado pela sensação de vulnerabilidade e medo diante das mudanças, que o universo do crime foi para o centro do debate cotidiano na esfera pública. Como afirmou Caldeira (2000) sobre São Paulo, o mundo do crime serviu tanto para expressar os sentimentos de perda e de decadência

social gerado pelas transformações estruturais quanto para legitimar a reação violenta por parte das autoridades como justificativa, mesmo que inconfessável, para o resgate de uma ordem passada aparentemente perdida. A violência e o medo, dessa forma, combinaram-se a processos de mudança social nas cidades e produziram formas de segregação espacial e discriminação social. A figura do “bandido”, portadora de “outro tipo de humanidade”, “cuja morte ou desaparecimento é festejado”, se consolidou como o inimigo principal a ser controlado e isolado a qualquer custo. O bandido foi identificado a partir de estigmas relacionados a gênero, idade, raça, classe social e território da cidade: jovens não brancos moradores das periferias da cidade. Esse processo histórico e social produziu efeitos estruturais que acabou levando à emersão de uma categoria especial de sujeito, que ele define como sujeito criminal.

[...] um sujeito não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum (...) produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito, por assim dizer, “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados (MISSE, 2010, p. 17).

As ações e políticas de segurança pública, a partir do momento que assumem a condição de agentes da guerra ao crime, em vez de reestabelecer a ordem perdida, reforçam o processo de acumulação social da violência e de sujeição criminal. O sujeito criminal não revolucionário que emerge desse processo, na condição de inimigo número um, é levado a assumir esse estigma e articular suas ações e estratégias no sentido de sobreviver à guerra da qual faz parte.

A forma como esse processo sociológico se reproduz nos demais estados brasileiros depende das singularidades históricas e sociais que definem características específicas de cada região. No Rio de Janeiro, por exemplo, o surgimento das facções criminais a partir do final dos anos 1970 e a territorialização das bases do tráfico nos morros acabaram promovendo um processo de sociabilização altamente violento nas comunidades dominadas por grupos criminais, descritas nos trabalhos de Alba Zaluar (1985). Rivalidades se articulam em torno de facções com estruturas verticais, que disputam mercado com seus competidores, investem em armamentos e estabelecem relações clientelistas e de ameaças com a população local, sujeitas às incursões armadas por parte da polícia que as tratam como cúmplices do tráfico.

Em São Paulo, esse processo ocorre em condições diversas, mas não menos violentas. Pode ser localizado na história paulista recente, a partir do surgimento do primeiro Esquadrão da Morte, no final dos anos 1960. Já os assassinatos praticados por policiais militares aumentaram principalmente depois de meados da década de 1970, crescendo vertiginosamente nos anos seguintes, ultrapassando mil mortes anuais em 1991 e 1992. A década de 1980, em São Paulo, foi marcada também pela ascensão dos justiceiros, matadores que agem em bairros pobres com o respaldo de comerciantes e lideranças comunitárias (MINGARDI, 1991; FERNANDES, 1992; SILVA, 2004; MANSO, 2005, 2016). Jovens não brancos moradores dos bairros pobres são as vítimas preferenciais dos homicídios. Bandas territoriais são formadas por jovens que travam dispu-

tas atomizadas e equilibradas em busca da soberania territorial e da sobrevivência, sem espaço para que surja, ao longo dos anos 1980 e 1990, nenhuma liderança ou grupo criminoso capaz de se sobressair aos demais (MANSO, 2005; 2016).

Longe de estabelecer uma relação de dominação territorial, os integrantes do mundo do crime precisam criar estratégias de convivência com as lideranças comunitárias locais, igrejas, comerciantes, vizinhanças e familiares, entre outros grupos de controle informal, ao mesmo tempo em que lutam no dia a dia para sobreviver aos policiais violentos, justiceiros, grupos de extermínios e vizinhos rivais.

Os resultados nessa cena paulista são níveis de violência em patamares semelhantes ao vigente na cena criminal do Rio, mas com características distintas, marcada pela elevada vulnerabilidade pessoal e pelos conflitos atomizados, fratricidas e autodestrutivos. Nesse contexto, um homicídio pode ser suficiente para estimular a vingança entre os colegas do morto, em um efeito multiplicador que fez a taxa crescer ao longo de 40 anos seguidos até 1999, traduzindo um processo de autoextermínio de jovens dos bairros pobres, acelerado pela violência da polícia e dos grupos de extermínios. Foi nesse cenário que as ideias de paz e união entre os bandidos – e de morte aos policiais – passaram a fazer sentido, criando as condições para o discurso do PCC, que se assume como o representante desse grupo formado por “bandidos” – uma espécie de sindicato do crime – articulando novas estratégias para lidar e sobreviver na sociedade em que é formado.

AUTORIDADE NO CRIME – PRISÕES E MERCADO DE DROGAS

Se o PCC surgiu como desdobramento dessa cena criminal instável e fratricida, restam questões teóricas importantes sobre como essa liderança passou a ser exercida e obedecida pelos integrantes dessa ordem paralela do crime paulista. Como uma nova ideia se legitima e se reproduz? Quais os tipos de agência para a articulação dessa nova demanda? O que torna essa ideia crível num determinado sistema social? Como essas regras passam a ser respeitadas e obedecidas por um amplo número de representantes dessa ordem, que são considerados avessos a regras?

A compreensão do processo de formação desse novo sujeito criminal não revolucionário, egoísta e indiferente ao destino dos outros é importante, uma vez que o PCC se apresenta como o representante dessa massa criminal que se defende da violência da ordem social vigente. O debate, contudo, não depende apenas do exame dos ideólogos e das instituições e indivíduos que disseminam e reproduzem essas ideias, mas também da formação dos novos mecanismos que permitem o controle dos comportamentos na esfera criminal e que são fundamentais para a consolidação da legitimidade da autoridade encarregada de punir e controlar desvios no crime.

Na legitimação da autoridade do PCC, a prisão desempenha papel fundamental. As mais de duas décadas que se sucedem ao Massacre do Carandiru e ao surgimento do PCC coincidem com uma guinada na política de segurança pública do estado de São Paulo. É depois de 1993, com o aumento do encarceramento,

ramento e a reforma do sistema penitenciário paulista, que as prisões se tornam um espaço estratégico para a articulação de presos e para o espraiamento das ideias do PCC. A facção se consolidou inicialmente como gestora das interações nos presídios.

É fundamental compreender os processos sociais e políticos que permitiram a conformação de um cenário nas prisões que produziu grupos portadores de uma identidade, de um discurso e de formas de organização e regulação social que se enraizaram dentro e fora destes espaços. O aumento do encarceramento e do fluxo de pessoas nas prisões deslocou a prisão para o centro da dinâmica social, política e criminal contemporânea. E a violência nas prisões em 2017 explicitou esse fenômeno.

Em São Paulo, as 36 unidades e os 32 mil presos de 1993 se multiplicaram, formando atualmente um vasto universo com 168 unidades e mais de 220 mil pessoas, com quase o dobro de habitantes de sua capacidade – o déficit em agosto de 2016 era de 94 mil vagas. A melhoria da gestão de patrulhamento policial, o endurecimento da legislação e a postura punitiva do Ministério Público e do judiciário paulistas contribuíram para aumentar o montante de presos a passar pelo sistema. Uma política de segurança assentada no trabalho de policiamento ostensivo da PM, que prescinde de investigação e que aposta no flagrante como forma de permitir a entrada de pessoas no sistema de justiça criminal, circunscreve um segmento específico da população como clientela do sistema prisional: jovens pobres e negros (SINHORETTO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014; DIAS, 2017).

As unidades prisionais saíram da cidade de São Paulo – o processo de desativação do Carandiru começa em 2002 – em direção ao interior do Estado, muitas delas passando a funcionar na região Oeste, distantes até 9 horas de ônibus da capital. A expansão do sistema prisional a partir da construção de novas unidades sem que houvesse proporcionalmente a contratação de novos servidores teve como efeito o progressivo afastamento dos agentes penitenciários dos espaços de convivência dos presos, especialmente as celas e os pátio de sol, que ganharam mais autonomia na definição e mediação das regras cotidianas dos presídios. Pouco a pouco a gestão das prisões foi sendo compartilhada entre administração prisional (cuja gestão é feita dos pavilhões para fora) e os presos vinculados às facções (cuja gestão é feita do pavilhão para dentro), numa espécie de “privatização” disfarçada da gestão penitenciária (DIAS; BRITO, 2017). Nesse processo o controle social que se estabelece dentro dos raios e das celas é imposto pelos próprios presos, havendo pouca ou nenhuma intervenção da administração estatal.

O PCC começou sua atuação nos anos 1990 prometendo acabar com a “lei do mais forte” e a “covardia” que tornava o cumprimento da pena um fardo ainda mais pesado. Como contou Fernando sobre sua prisão em 1997 e seu ingresso no PCC:

Eu cheguei [na prisão] na época da revolução. Não entrei por simpatia, mas por revolução. A história foi feia. Antes [do PCC] tinha 50, 20 (pessoas) de uma facção, dez de outra e dez de outra nos presídios. Dormia todo mundo de olho aberto. Era muito ruim e desorganizado. Tinham os infiltrados que caguetavam para o diretor. Tinha o malandrão que comia a bun-

da dos humildes. Os caras chegavam da rua, novos, eles faziam isso daí. O Comando parou com isso. Foi quando a gente conseguiu colocar a paz. Não foi só força, mas por lógica. Por que que eu vou ficar tretando com você se a gente está na mesma situação? Não faz sentido (apud MANSO, 2017).

Esse período de expansão envolveu mortes e diversos conflitos em várias unidades do Estado. Rebeliões, que resultavam em transferências das lideranças, eram também importantes para a divulgação da ideia da facção nas novas unidades, que aos poucos se espalhou junto com um estatuto de 16 itens pregando a união dos presos longe das autoridades e da opinião pública. Cabeças foram decepadas, corações arrancados e comidos em churrasco, em métodos que depois se repetiriam nas rebeliões recentes envolvendo disputas de facção pelo Brasil. Aqueles que não concordavam com a ideia de união no crime em torno da autoridade do PCC eram exterminados ou isolados em celas seguras. Ao longo dos anos 1990, foram morrendo os integrantes de facções como a Seita Satânica e o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), entre outros grupos que ainda existem, mas bastante fragilizados. Nos processos criminais, o Ministério Público estima que em São Paulo, atualmente, o PCC estabelece a autoridade entre os presos de 90% das prisões estaduais.

Conforme os presídios eram dominados, o pacto de não agressão e de respeito entre a massa carcerária se consolidou, inicialmente dentro das prisões. Como relata o médico Drauzio Varella, que passou 28 anos como voluntário de saúde no sistema penitenciário paulista,

O crack (...), que infestava a cadeia nos anos 90, foi banido do sistema penitenciário de São Paulo por ordem da facção dominante. Tanta gente fumava crack que, quando um preso negava o uso, eu achava que devia ser mentira. Nunca imaginei que essa droga seria varrida das prisões em meu tempo de vida, muito menos que os responsáveis pela proibição seria justamente uma facção envolvida com o tráfico nas ruas, depois de concluir que o craqueiro conturbava a ordem imposta por eles nos presídios a ponto de lhes prejudicar os negócios (VARELLA, 2012, p. 132).

Foi no início dos anos 2000 que a facção começou a organizar também a cena criminal do lado de fora das prisões, nas “quebradas” onde o mata-mata ainda acontecia em grande quantidade. Nesse período, a popularização dos celulares ofereceu como uma ferramenta de comunicação entre lideranças de dentro dos presídios para se articular com o lado de fora e com as lideranças em outros estados. As centrais telefônicas do PCC, que começaram a funcionar já no final de 1998, depois da privatização da telefonia nacional, se multiplicaram no ano 2000, aproximando entre si os integrantes das diversas prisões paulistas e todos os aliados em liberdade. Com os celulares, as prisões – chamadas pelos presos ironicamente de faculdades – viraram espécies de escritórios do crime, de onde passaram a ser articuladas as principais estratégias para gestão do lado de dentro e para a articulação e ampliação da rede do lado de fora.

O resultado mais visível dessa nova tecnologia foi a primeira megarrebelião da história do sistema penitenciário brasileiro, organizada

pelo PCC em fevereiro de 2001, quando 25 presídios e 4 cadeias públicas se rebelaram ao mesmo tempo. O evento produziu um efeito simbólico, tanto para dentro como para fora da esfera criminal, ao revelar publicamente a capacidade de articulação entre os presos e a dimensão que o PCC alcançava internamente nos presídios. Depois da megarrebelião, a facção alcançou um novo patamar de organização, a partir do momento em que estabeleceu o tráfico de drogas como principal financiadora da organização e a maior fonte de recursos de seus integrantes. Essa segunda fase empresarial começou depois que Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, e seus aliados se consolidaram na liderança do grupo, no final de 2002, depois de acirradas disputas internas. O compromisso com a manutenção da paz entre os ladrões seguiu firme, com a vantagem de que boa parte dos rivais já havia sido dizimada e com a possibilidade de contar com os telefones celulares para fortalecer a rede comercial de drogas, que passaria a se ampliar e a se organizar dentro e fora de São Paulo.

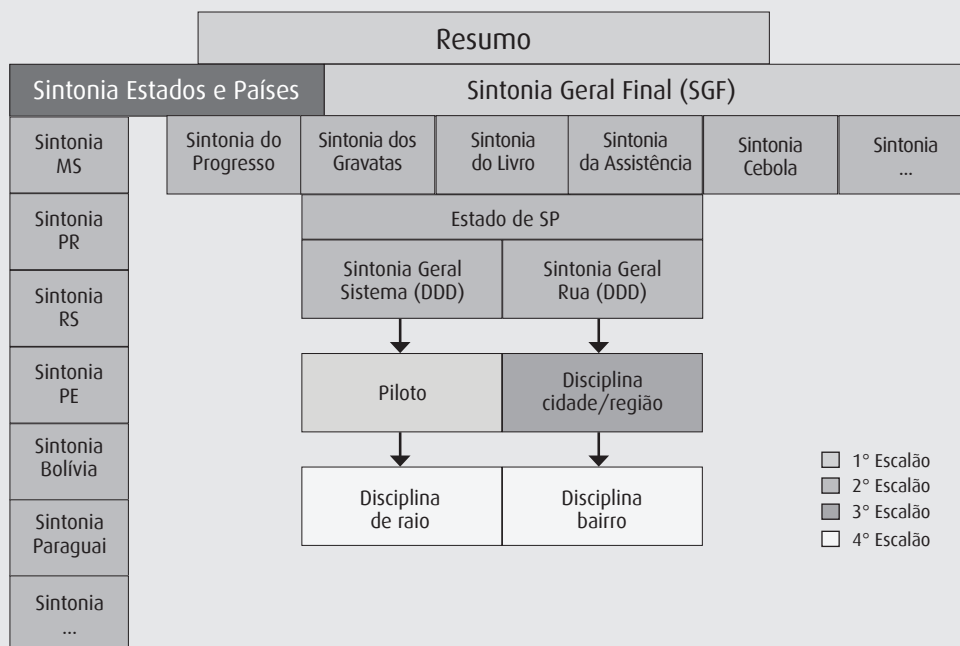
O ingresso no mercado de drogas em nome da defesa dos ideais da facção estabeleceu novos padrões de interação, permitindo a defesa da ampliação dos lucros e da redução dos conflitos – que produzem prejuízos –, dando um sentido instrumental para a consolidação do contrato e da paz no crime paulista. A redução de homicídios nesse cenário significou também aumento dos lucros, redução dos prejuízos e de polícia, previsibilidade, capacidade de planejamento, lavagem de dinheiro, investimento e de ampliação do poder na luta contra o sistema. “O crime fortalece o crime” é uma das máximas que passa a respalda a ampliação

dessa rede de parcerias no mercado de drogas. Para lidar com a gestão do lado de fora das prisões, os novos líderes do PCC criaram um poder mais horizontal e descentralizado, dando autonomia de decisão para as pontas. Os dois escalões, que antigamente eram formados por generais que mandavam e os pilotos que obedeciam, foram divididos em células de comando, chamadas de sintonias. Os torres, que depois passaram a ser nomeados sintonias gerais, mediavam as informações que chegavam aos líderes e aos demais irmãos. Abaixo, um modelo aproximado de organização do PCC:

Essas sintonias foram distribuídas por pontos territoriais estratégicos do estado de São Paulo – organizadas de cima para baixo, a partir do código de discagem (DDD), afinilando em regiões menores até chegar aos bairros –, cumprindo duas funções principais. A disciplina, que tenta preservar a estabilidade local, mantendo um relacionamento adequado com autoridades e comunidade, e a financeira, que organiza o comércio de drogas. Homicídios passaram a ser proibidos, a não ser com autorização e mediação dos integrantes do PCC. Essas mediações são chamadas também de “debates” ou “tribunais do crime” (FELTRAN, 2010a, 2010b).

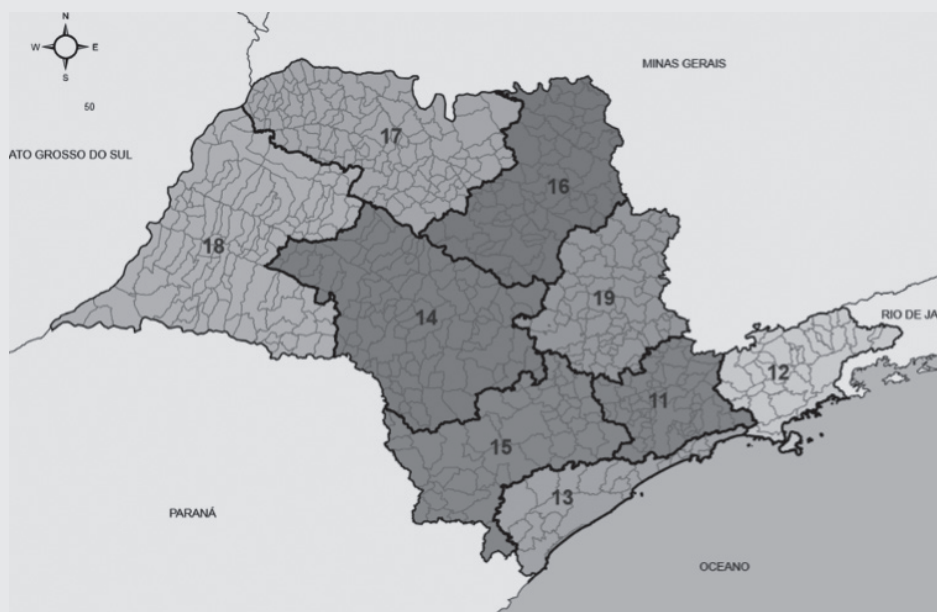
A melhoria da gestão de patrulhamento policial, o endurecimento da legislação e a postura punitiva do Ministério Público e do judiciário paulista contribuíram para aumentar o montante de presos a passar pelo sistema. Essa política de segurança e de justiça, no entanto, longe de diminuir os incentivos para a venda, favorece a articulação e a gestão da rede criminal (DIAS, 2017). Os presídios permitem que

Figura 1 – PCC – Atual estrutura hierárquica geral



Fonte: DIAS (2013), com atualização feita pelos autores.

Figura 2 – Sintonias de área no estado de São Paulo



Fonte: Dias (2013)

os mecanismos de controle dos desviantes da cena criminal se fortaleçam, naquilo que estudiosos estão chamado de dilema das prisões. Quanto maior a probabilidade de um criminoso ser preso, mais importante é para ele obedecer às regras estabelecidas pelas lideranças prisionais. Mesmo para aquele que está do lado de fora, obedecer às regras das lideranças passa a funcionar como um “seguro-prisão”. O aprisionamento em massa, ao invés de controlar o crime, surge como fator de fortalecimento das lideranças criminais².

É a partir da organização dessa nova ordem na cena criminal paulista que o protagonismo do PCC na cena nacional deve ser compreendido. As prisões e a ampliação da rede de parcerias entre fornecedores e vendedores no mercado de drogas são fundamentais para a compreensão da expansão da rede. A repetição dos processos de sujeição criminal e acumulação social da violência – levando em conta as especificidades regionais e históricas – permitem ao mesmo tempo compreender como as ideias do PCC em defesa do respeito e do contrato se espalham tão rapidamente. A chegada da facção paulista nesses mercados de droga em formação, contudo, produziu rivalidades e acirrada competição entre gangues locais, fazendo as taxas de violência crescerem rapidamente.

O PCC E A NACIONALIZAÇÃO DO MERCADO DE DROGAS

Em um setor em que não são produzidos balanços oficiais, há indicadores indiretos da ampliação desse mercado nacional de drogas nos últimos anos. Um deles é o aumento do consumo interno dos produtos derivados da pasta base de cocaína no Brasil. O país se

tornou um ponto fora da curva em relação ao mercado no resto do mundo. Enquanto o consumo da cocaína vem registrando quedas sucessivas em nações da Europa Central, nos Estados Unidos e no Canadá, acompanhando a tendência de queda na produção da droga na Colômbia, o mercado consumidor na América do Sul, puxado pelo Brasil, teve aumento de mais de 50% entre 2010 e 2012, segundo as pesquisas feitas pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, segundo relatório do UNODC (2016). As estimativas apontam que cerca de 1,75% da população adulta brasileira já consome a droga, nível semelhante ao dos norte-americanos, o maior mercado mundial. O consumo de crack também se consolidou nacionalmente a partir do ano 2000. A pedra já provoca problemas em 98% das 3.950 cidades do Brasil mapeadas no estudo coordenado pela Confederação Nacional dos Municípios. O padrão de venda e consumo do crack, fumado em pequenas pedras, por usuários de baixa escolaridade e renda, torna a unidade mais barata e ajuda a viabilizar economicamente os negócios de entorpecentes nos bairros mais pobres dos Estados brasileiros, que acabam tendo de lidar com a realidade desse novo comércio (BASTOS; BERTONI, 2014).

O PCC já tinha uma presença significativa desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 em duas unidades da federação: Paraná e Mato Grosso do Sul. No caso paranaense, a bandeira do PCC parece ter sido fincada a partir de 1998, quando o governo de São Paulo, com vistas a desarticular a facção, transferiu suas lideranças para outros Estados. E, nesse processo, os fundadores do PCC e seus principais expoentes naquela primeira década,

Geléiã, Cesinha e Mizael, foram para a Penitenciária Central do Estado (PCE) – entre diversas idas e vindas por vários estados uma das maiores unidades prisionais do Paraná, localizada em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba. A presença das lideranças do PCC em território paranaense ficou evidente com a rebelião na PCE, em junho de 2001, ocasião em que três presos e um agente penitenciário foram mortos. A rebelião teve duração de cerca de 143 horas e marcou profundamente o sistema prisional do Paraná, sendo propulsora, por exemplo, da presença fixa da polícia militar dentro daquele estabelecimento³. No caso do Mato Grosso do Sul, sabe-se que alguns dos fundadores do PCC foram transferidos para Campo Grande em 1999 e, entre este ano e 2000, passaram por várias unidades prisionais do Estado, sendo que no início de 2001 Geleliã retornou ao sistema paranaense.

Aqui, importante registrar que essas transferências para outros estados e a permanência por mais tempo no Paraná e no Mato Grosso do Sul permitiram que as ideias do PCC extrapolassem o território paulista ainda no final de década de 1990. Não é possível dizer o quanto a presença “precoce” do PCC nos sistemas prisionais paranaense e sul-matogrossense produziu efeitos sobre a posição privilegiada que a organização assumiria mais tarde no comércio de drogas ilícitas. Contudo, é de se notar que, coincidência ou não, trata-se dos dois estados cujas fronteiras com o Paraguai (e com a Bolívia, no caso do Mato Grosso do Sul) constituem as principais portas de entrada de drogas ilícitas em território brasileiro, especialmente aquelas que se destinam às regiões metropolitanas do Sudeste, principal mercado dessas

substâncias. Trata-se também, dos dois estados em cujas regiões fronteiriças há a presença mais ostensiva do PCC, destacando-se os municípios próximos à tríplice fronteira do Paraná, as cidades sul-matogrossenses Ponta Porã, Bela Vista, Coronel Sapucaia e Corumbá (esta última, já na fronteira com a Bolívia).

Para além de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, a presença do PCC em outros estados não tardaria a ser detectada. Em 2010, ela já era reportada em pelo menos outros sete estados (DIAS, 2013). Em matéria recente, e com base em documentos do Ministério Público de São Paulo, aponta-se a presença do PCC nos 26 estados da federação e no Distrito Federal⁴. Essa presença é evidentemente diferenciada em cada um desses locais e inclui indivíduos dentro e fora do sistema prisional. Mas, de toda forma, aponta para a capilarização nacional do PCC.

É possível afirmar que a “chegada” do PCC a outras unidades da federação, notadamente as regiões Norte e Nordeste, ocorreu através da migração de seus integrantes soltos, muitos deles na condição de foragidos da justiça. Nesses estados, atuando principalmente no interior, esses indivíduos puderam atuar na articulação de grupos para a realização de assaltos de grande porte, sobretudo bancos e transporte de valores, fenômeno nomeado pela imprensa de *Novo Cangaço*⁵. Tais ações passaram a chamar atenção pela sua ousadia e pelos pesados armamentos empregados em sua execução. Evidentemente, não quer dizer que todos os envolvidos nessas ações sejam indivíduos ligados ao PCC. Trata-se de apontar como a migração de algumas pessoas portadoras de uma expertise específica e de

condições de aquisição e de manejo de armas e equipamentos sofisticados e complexos contribuiu para levar novos elementos às dinâmicas criminais de outras regiões do país, principalmente em áreas rurais e pequenas cidades⁶.

Entre 2005 e 2014, todas as unidades da federação registraram aumento de presos por cem mil habitantes, chegando a uma média de 66%. Em alguns estados, mais do que dobrou, como em Tocantins (174%), Minas Gerais (163%), Espírito Santo (130%), Alagoas (117%), Bahia (116%) e Amazonas (103%). Falta de vagas, desrespeito aos direitos e ao código de processo penal (um em cada três presos são provisórios), farta presença de celulares e autonomia da gestão dos presos tornaram as prisões locais estratégicos para a articulação criminal nos estados⁷.

O aumento do encarceramento foi o resultado da ampliação dos investimentos nas polícias ostensivas, que passaram a replicar o modelo paulista de guerra a crime – com a implementação de batalhões de operações especiais, ao estilo Rota e Bope –, produzindo o crescimento da violência policial. As taxas de mortes praticadas por policiais em serviço (por 100 mil habitantes) em Alagoas (2,9), Rio Grande do Norte (2,2), Goiás (2,1), Bahia (2,0), Pará (2,2), Paraná (2,2) e Sergipe (1,9) superaram as de São Paulo (1,9), em 2015, cuja polícia está entre as mais violentas do mundo. Nesse mesmo ano, só o Rio de Janeiro seguiu imbatível, com taxa de 3,9 mortos por 100 mil⁸.

Nessas cenas regionais, grupos de extermínio se articulam para exterminar “bandidos”. Muitas vezes, agindo em parcerias com poli-

ciais e integrantes de empresas de segurança privada. Só nos últimos cinco anos, a Polícia Federal desarticulou grupos de extermínio integrados por policiais em Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Ceará, Pará, Amazonas e Goiás, para citar algumas investigações. Assim como em São Paulo, jovens não brancos, moradores dos bairros pobres foram o principal alvo da repressão.

A partir da reprodução em âmbito nacional dessa estrutura repressiva de luta contra os bandidos emergiram os novos sujeitos criminais nos estados brasileiros, replicando também as estratégias criminais dos criminosos paulistas. As cenas criminais do Norte e Nordeste, que nos anos 1990 eram quase artesanais, com taxas relativamente pequenas de mortes por arma de fogo, passaram a reproduzir a engrenagem de violência da São Paulo das décadas de 1980 e 1990, com sua acentuada curva de homicídios (WAISELFISZ, 2012).

Portanto, ao mesmo tempo em que se conforma um contexto propício ao surgimento desses grupos, é provável que nesse momento já houvesse membros de CV e do PCC dentre a população carcerária em muitos desses estados e, assim, fosse possível reunir os ingredientes disponíveis nesse contexto para reproduzir as experiências existentes em São Paulo e Rio de Janeiro. Tanto o CV quanto o PCC já haviam publicizado a sua existência em diversos episódios de confronto com o Estado e em ações criminais envolvendo recursos financeiros altos, ousadia, risco e sofisticação. Principalmente o PCC, que já era portador de um discurso com grande poder de envolver a massa carcerária, já dispunha

de recursos financeiros para prometer apoio aos novos adeptos e trazia uma proposta de organização da população carcerária capaz de produzir uma dinâmica prisional com normas de convivência mais homogêneas, maior estabilidade, promessa de ser menos violenta, mais justa e solidária. Os confrontos e as lutas deveriam ser reservados unicamente para a relação com o Estado opressor. A confrontação ao poder estatal, por sua vez, só seria possível numa situação de união e de fortalecimento mútuo dos encarcerados e de todos aqueles que fazem parte do “mundo do crime”.

É evidente, contudo, que a investida desses grupos sobre a população carcerária de diversas localidades, em contextos culturais, sociais e políticos completamente distintos uns dos outros, provocaria efeitos diversos. O que se viu, a partir daí, foi uma proliferação de grupos locais, mais ou menos organizados, com maior ou menor capacidade de articulação para fora das prisões, que se aliavam ou se opunham ao PCC. Alguns desses grupos foram rapidamente incorporados, uns foram eliminados e outros cresceram e se constituíram importantes fontes de resistência à tentativa de hegemonia nacional da facção paulista. Muitos desses grupos têm existência efêmera e, de fato, muitos não passam de quadrilhas locais, inclusive vinculadas aos maiores⁹. Levantamento feito por agências de inteligências ligadas ao governo federal apontaram a existência de mais de 80 gangues prisionais no Brasil, modelo que se tornou presente nas 27 unidades da federação. No mapa abaixo, tentamos representar de forma aproximada – a partir de variadas fontes de informação – esse cenário nacional.

Diferentemente de São Paulo, contudo, onde o PCC surgiu como autoridade disposta a mediar a disputa fratricida na cena criminal em desordem, nos demais estados os paulistas e suas ideias chegaram em um mercado ainda em formação. Os grupos locais – principalmente os traficantes – apenas começavam a se articular nessa nova cena criminal, que ampliava as oportunidades de lucro ao mesmo tempo em que buscava sobreviver à repressão crescente das autoridades policiais e de justiça. Dessa maneira, a chegada do PCC, longe de reordenar o crime local, contribuiu para desequilibrar as cenas regionais ao levar mais drogas e armas aos integrantes desses cenários, aumentando a violência na competição por esse mercado emergente de drogas, com rivalidades articuladas a partir dos presídios regionais. O resultado foi o crescimento acelerado em parte dos estados, principalmente depois do ano 2000. Entre 2004 e 2014, o aumento dos homicídios no Brasil foram liderados por estados do Norte e Nordeste, como Rio Grande do Norte (308%), Maranhão (209%), Ceará (166%), Sergipe (107%), Pará (93%) e Amazonas (92%), para citar alguns, que nos anos 1980 e 1990 estavam entre os menos violentos. O quadro atual colocou o país em uma posição incômoda, com quase 60 mil mortes por ano, a maior quantidade entre todas as nações do mundo (CERQUEIRA et al, 2016).

A articulação nacional desse mercado de drogas e da cena criminal foi dinamizada a partir de 2006, com a criação dos presídios federais de Catanduvás, no Paraná, e de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Em 2009, foram inaugurados os presídios federais de

Figura 3 – Mapa das facções no Brasil (sistema prisional)¹⁰

Fonte: DIAS (2013), com atualização feita pelos autores.

Porto Velho, em Roraima, e de Mossoró, no Rio Grande do Norte. O quinto presídio federal está em construção em Brasília. Assim como haviam planejado as autoridades de São Paulo quando espalharam unidades pelo interior paulista, a ideia da União era ajudar os estados e tentar isolar os presos perigosos nos novos presídios. Num caso e no outro, essa política acabou se revelando contraproducente. O promotor Augusto Rossini, que entre 2011

e 2014 foi diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, órgão do Ministério da Justiça responsável pelas prisões, escreveu sobre os presídios federais:

Ao chegar em uma das quatro unidades, o preso amplia seu leque de conhecidos. De um momento para o outro, seu campo de atuação passa de estadual para nacional. (...) Quando uma liderança do Maranhão se encontraria com outra do Rio Grande do Sul? Quando uma li-

derança de São Paulo se encontraria com outra do Mato Grosso? Há presos de todos os cantos do país, todos eles ostentando excessiva periculosidade e nefasta liderança em suas bases (apud MANSO, 2017).

Foi a partir desses presídios federais que a Família do Norte, no Amazonas, o Sindicato do Crime, no Rio Grande do Norte, e o Primeiro Grupo Catarinense, Santa Catarina, puderam confrontar o PCC ao se articularem nacionalmente com o Comando Vermelho. As rebeliões de janeiro deste ano ocorreram justamente em presídios onde o PCC disputava espaço com a Família do Norte e o Sindicato do Crime. O desequilíbrio nas disputas nacionais começou em 2014, quando a facção paulista buscava consolidar sua posição no mercado de drogas no Brasil. Um “salve” – comunicado interno – foi repassado para os integrantes do PCC em vários estados, determinando que cada participante da facção batizasse outros dois novos membros. A intenção era ampliar a rede para se fortalecer principalmente nos presídios regionais. Ao longo de três anos, o número de filiados ao partido do crime fora de São Paulo se multiplicou quase cinco vezes, passando de 3 mil integrantes para os atuais 14 mil – uma estrutura duas vezes maior do que aquela de que dispõe o PCC em São Paulo, seu estado de origem. Somados, hoje são 24 mil membros em todo o país¹¹. A ampliação no número de batizados desencadeou a atual tensão dentro e fora dos presídios.

A primeira reação regional ao avanço do PCC foi identificada em Santa Catarina, em 2015, quando o Primeiro Grupo Catarinense,

o PGC proibiu o batismo de novos membros da facção paulista nas prisões que controlava. Os integrantes do PCC no estado tiveram de ser isolados numa única unidade prisional. A proibição também foi determinada pelo Comando Vermelho de Mato Grosso. A iniciativa de ataques em presídios foi tomada pelo PCC, em outubro, em Roraima, produzindo os desdobramentos nas rebeliões seguintes, num efeito dominó cujos movimentos, desde fevereiro, se encontram em suspenso. Até que uma nova peça seja movimentada, com resultados sempre difíceis de serem previstos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução da estrutura social e do modelo de segurança pública que começa a funcionar no Rio e em São Paulo a partir de meados dos anos 1950, parte importante do processo que Misse (2010) vem chamado de acumulação social da violência e de sujeição criminal, assim como a ampliação das redes nacionais de drogas e o surgimento de lideranças prisionais na articulação desses grupos, ajudam a explicar como o protagonismo do PCC a partir de São Paulo e sua expansão pelos estados brasileiros produziram um rearranjo nas cenas criminais e sociais desses estados.

Ao contrário do cenário paulista, onde o PCC nasceu e se fortaleceu como articulador hegemônico dos presídios e do mercado de drogas, nas demais unidades da federação o que se verificou foram cenas altamente competitivas, com disputas sangrentas entre grupos rivais, somadas a ações violentas da polícia e grupos de extermínio. A compreensão da complexidade desse quadro nos oferece a base para as questões propostas no começo do texto.

Se o PCC domina hoje a maior parte dos presídios e organiza a distribuição e o comércio de drogas, a partir de uma autoridade bem fundamentada na moralidade do crime, isso não significa que a liderança seja estável. A própria expansão nacional da facção pode minar essa autoridade, que vinha se solidificando no contexto paulista. Um primeiro indício dessa fragilização ocorreu no começo do ano, depois das rebeliões, quando grupos rivais passaram a disputar em Guarulhos, na Grande São Paulo, o mercado de drogas do PCC, algo que não ocorria desde meados da década passada.

Mais do que facções fortes e bem estruturadas, os grupos que surgiram nos demais estados mimetizam as estratégias do PCC. Entre elas, criar parcerias e alianças com esses grupos regionais para ampliar os negócios. Mais do que conquistar o poder político nessas cenas criminais, o objetivo estratégico dos paulistas era ampliar a rede de parcerias. O aumento do número de batizados parece ter sido, acima de tudo, uma estratégia de defesa – mesmo que tenha partido para o ataque em diversos estados. O PCC, no entanto, parece ter superestimado a sua capacidade de costurar laços comerciais e acirrado inimizades e rivalidades regionais importantes, que prometem ter desdobramentos.

É possível dizer que a existência de grupos dispostos a fazer frente ao PCC nos mercados regionais estabeleceu um freio às pretensões expansionistas dos paulistas, diante dos custos que estariam implicados nesse processo. Atualmente, o cálculo empresarial da narcoeconomia orienta a estratégia da facção em busca de ampliar os lucros no mercado nacional

de drogas. Acordos são sempre preferíveis aos conflitos. Mais do que a busca da dominação da cena criminal como um fim em si mesmo, futuros embates devem levar em conta os ganhos comerciais por trás dos conflitos.

No que diz respeito à presença internacional do PCC, sabe-se que há um núcleo relevante no Paraguai e na Bolívia. Parece haver, também, uma presença em países como Peru e Argentina, com dimensões ainda não muito bem delineadas. No Brasil, em 2014, uma operação policial apontou a existência de uma articulação entre membros da facção e fornecedores da máfia italiana N'Drangheta com a finalidade de descarregar os contêineres com drogas que eram enviadas para a Europa. Os paulistas usaram os portos de Santos e de Fortaleza para vender para o exterior. Contudo, não está clara qual a participação do PCC nesse esquema enquanto organização, para além de empreendimentos individuais dos seus membros. Essa ainda é, inclusive, uma questão sobre a qual pouco se sabe.

Em relação às opções políticas do governo federal – e igualmente para os estados – apostou-se no amplo encarceramento e em operações violentas da polícia ostensiva, que teve como principal efeito o aumento da violência e da multiplicação das facções pelo Brasil. Promotores paulistas reclamam de duas lacunas que não vêm sendo usadas pela justiça e que poderia contribuir para o controle do poder das facções: o combate à lavagem de dinheiro e a interrupção da cadeia de comando das lideranças aprisionadas. Uma questão emergencial, no entanto, é discutir como estancar a violência decorrente desse processo

de expansão. Priorizar a redução de disputas violentas é uma medida que poderia ganhar caráter emergencial. As políticas de segurança pública e a justiça deveriam voltar seu foco para a interrupção do processo de acumulação de violência, o que passa, inevitavelmente, por um processo de desencarceramento. Nesse sentido, é necessário e urgente o debate sobre a descriminalização e a regulamentação do comércio de drogas, tanto para a diminuição dos lucros daqueles que fazem parte desse mercado quanto para quebrar os instrumentos através dos quais se produz uma “guerra

contra a pobreza” e que atinge os segmentos pobres, negros e jovens da população.

O problema das “facções” não tem uma solução simples e inequívoca. Contudo, sabe-se que elas se constituem como produto do encarceramento e da prisão e, portanto, aí reside a resposta que é possível formular para enfrentar esse problema. Assim, a redução do encarceramento massivo em presídios que funcionam como espaços articuladores das redes criminais é medida fundamental para interromper a produção de violência nas e a partir das prisões.

1. Em entrevista feita setembro de 2013, o secretário de Administração Lourival Gomes ainda tentava convencer sobre a fragilidade do PCC – disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,nucleo-do-pcc-tem-oito-presos-diz-lourival-gomes,1075099>>. Dois anos antes, havia sido o secretário de Segurança a minimizar a importância do PCC – em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pcc-se-resume-a-30-lideres-em-venceslau-diz-antonio-ferreira-pinto,717986>>.
2. Benjamin Lessing e David Skarbek estão analisando fenômenos semelhantes nos Estados Unidos e América Latina. Ver Lessing (2014).
3. Sobre o evento, ver: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,refens-sao-libertados-na-pr-presos-sao-transferidos,20010612p19323>>. Acesso em: 28/04/2017.
4. Ver matéria completa, com muitos dados e informações, em: Folha de São Paulo, 30 de abril 2017 ‘Facção criminosa tenta dominar presídios do país todo’, ver: <<http://temas.folha.uol.com.br/clube-do-crime/introducao/facao-criminosa-tenta-dominar-presidios-do-pais-todo.shtml>>.
5. A respeito desse fenômeno, ver: <<http://ultimosegunda.ig.com.br/brasil/2014-02-28/novo-cangaco-leva-terror-a-pequenas-cidades.html>> e, ainda, <<http://www.folhadonordeste.com.br/site/noticia/10942-operacao-novo-cangaco-prende-21-por-roubas-a-banco-na-regiao-celeiro>>. Acesso em: 30/04/2017.
6. É muito provável que processo similar tenha ocorrido com integrantes do CV do Rio de Janeiro. Mas não dispomos de informações a esse respeito.
7. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen – Junho de 2014 – Departamento Penitenciário Nacional <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>.
8. Ver Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, pp 23. <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf>.
9. Como exemplo, ver: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-tem-pelo-menos-83-faccoes-em-presidios>>.
10. Esse mapa foi elaborado pelos autores a partir de uma compilação de informações oriundas de várias fontes (imprensa, documentos oficiais, entrevistas com presos, servidores do sistema prisional, policiais, juizes e promotores e documentos produzidos pelos presos). Importante enfatizar a dinamicidade desse fenômeno, o que faz com que o mapa seja um retrato de um determinado momento e cuja finalidade não é esgotar essa descrição, mas, apenas apontar de forma aproximada a maior ou menor fragmentação da população carcerária.
11. Os cálculos foram feitos pelo promotor Lincoln Gaykia, coordenador do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público em São Paulo, a partir de escutas autorizadas e da apreensão de documentos de integrantes do PCC.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, set/out. 2007, pp. 7-29.

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, 2014. Disponível em: <<http://arca.fiocruz.br/handle/icict/10019>>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; HANASHIRO, Olaya; BASTISTA, Filipe; NICOLATO, Patrícia. **Atlas da Violência 2016**. Brasília: Instituto Econômico de Pesquisas Aplicadas (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/1/2016>>.

DIAS, Camila Caldeira Nunes **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

DIAS, Camila Caldeira Nunes **Encarceramento, seletividade e opressão: a "crise carcerária como projeto político"**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung. Análise 28, junho 2017. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13444.pdf>>.

DIAS, Camila Caldeira Nunes; BRITO, Josiane da Silva. A privatização das prisões em duas perspectivas: preso como mercadoria e gestão compartilhada com

Comandos. **Revista Comciência** Dossiê 188, maio de 2017. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/a-privatizacao-das-prisoas-em-duas-perspectivas-o-preso-como-mercadoria-e-a-gestao-compartilhada-com-os-comandos/>>.

FELTRAN, Gabriel de Santis. The management of violence on the periphery of São Paulo: A normative apparatus repertoire in the "PCC era". **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v.7, n. 2, 2010a.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, No. 79, 2010b, pp. 201-233.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Violência e modos de vida: "Os Justiceiros". **Tempo Social**, v. 4, n. 1-2, 1992, pp. 43-52.

MANSO, Bruno Paes. **O Homem X: Uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo**. São Paulo: Editora Record, 2005.

MANSO, Bruno Paes. **Homicide in São Paulo: An Examination of trends from 1960 to 2010** Switzerland: Springer International Publishing, 2016.

MANSO, Bruno Paes. A Guerra: Como o PCC deflagrou uma crise nas prisões brasileiras ao tentar ganhar poder fora de São Paulo. **Revista Piauí**, no. 125, Fev. 2017, pp 24-30.

MINGARDI, Guaracy. Os matadores da periferia paulistana. **Revista do ILANUD**, n. 3, 1991, pp 31-42.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria do bandido. **Lua Nova**, n. 79, 2010, pp. 235-244.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Justiçeiros e violência urbana**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade racial e segurança pública: letalidade policial e prisões em flagrante**. São Paulo: UFScar, 2014.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME **World Drug Report 2016**. Geneva: UNODC, 2016. Disponível em: <<http://www.unodc.org/wdr2016/>>.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil

Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias

Resumen

PCC, sistema penitenciario y gestión del nuevo mundo del crimen en Brasil

Desde que surgió, en agosto de 1993, el Primer Comando de la Capital (PCC) viene desafiando a las autoridades de seguridad pública e investigadores del tema sobre las causas de su nacimiento, su fortalecimiento y el papel que ejerce en el mundo del crimen y en la sociedad en general. Durante las décadas de 1990 y 2000 se asistió a un proceso de expansión del PCC dentro del sistema penitenciario de São Paulo y fuera de las cárceles. Este proceso fue permitiendo el establecimiento de una conexión entre la prisión y el “mundo del crimen” que, a partir de 2006, pasó a abarcar otros estados de la federación. En ese sentido, las masacres ocurridas en las prisiones del Norte y Nordeste, en 2016 y en los primeros días de 2017, fueron apenas una de las consecuencias más visibles de las articulaciones y del movimiento que vienen desarrollándose en las cárceles brasileñas, en las fronteras del país con los vecinos productores de drogas ilícitas y en las periferias de los centros urbanos de pequeñas, medianas y grandes ciudades. El objetivo de este trabajo es, a partir de esos acontecimientos y del cuadro actual de la violencia en Brasil, enumerar algunos elementos que permitan comprender el proceso histórico y sociológico por el que viene pasando la sociedad brasileña, con reflejos en la violencia, en la ampliación de las redes criminales y en acciones de seguridad y de justicia que no parecen capaces de lidiar con el problema. Este texto es el resultado de varias investigaciones realizadas por los autores, las cuales tienen como base registros documentales (documentos oficiales, material producido por los propios presos y los trabajos etnográficos ya publicados) y entrevistas con diversos actores (policías, agentes penitenciarios, jueces, fiscales y presos).

Palabras clave: PCC. Prisiones. Fronteras. Redes penales. Drogas ilícitas.

Abstract

PCC, prison system and management of the new world of crime in Brazil

Since its emergence in August 1993, the First Command of the Capital (PCC) has been challenging public security authorities and researchers on the causes of its birth, its strengthening and its role in the world of crime and society in general. During the 1990s and 2000s there was a process of spreading the PCC within the prison system of São Paulo and out of prisons. This process allowed the establishment of a connection between the prison and the “world of crime”, which, from 2006 on, began to cover other states of the federation. In this sense, the massacres that took place in prisons in the North and Northeast in 2016 and in the early days of 2017 were only one of the most visible consequences of the joints and movement that have been taking place in Brazilian prisons, on the borders of the country with the neighbors producing illicit drugs and in the outskirts of urban centers of small, medium and large cities. The objective of this work is, based on these events and the current situation of violence in Brazil, to list some elements that allow us to understand the historical and sociological process that Brazilian society has been experiencing, with repercussions on violence, the expansion of criminal networks and security and justice actions that do not seem to be able to deal with the problem. This text is the result of several researches carried out by the authors, which are based on documentary records (official documents, material produced by prisoners themselves and ethnographic works already published) and interviews with various actors (police officers, prison officers, judges, prosecutors and prisoners).

Keywords: PCC. Prisons. Borders. Criminal networks. Illicit drugs.

Data de recebimento: 31/07/17

Data de aprovação: 14/08/17